

COMUNIDADES DO RIO DE JANEIRO E INCLUSÃO SOCIAL: ÁREAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Denise Portella Rosa

O esforço dos projetos urbanos e habitacionais das comunidades cariocas e as programações de investimentos perdem sua eficácia não simplesmente pela dimensão dos problemas, mas pela forma de abordagem, gestão do planejamento e dos estudos e das orientações de propostas de solução para as áreas mais carentes do município do Rio de Janeiro.

Alguns princípios se sobrepõem na cultura geral dos órgãos responsáveis: barateamento de soluções; limitação de recursos e sucessiva redução de escopo; obstáculos ao planejamento e análise integrados; foco exclusivamente sobre a realização de obras; não observância às carências de equipamentos públicos e sociais; resistência à mudanças por parte dos profissionais do setor técnico, de planejamento urbano, infraestrutura e habitacional.

Não há avanço se não houver abertura e debate sobre um novo urbanismo, uma cidade para se viver e não apenas para se morar. A realidade nua e crua de nossas comunidades informais é, em grande parte sinônimo de abandono e negligência das autoridades públicas responsáveis pelo planejamento urbano.

Do ponto de vista urbanístico, em regra geral, o diagnóstico dessas áreas é: falta de infraestrutura; habitações precárias; irregularidade fundiária; dificuldade de acesso; falta de segurança; insuficientes ou inexistentes equipamentos públicos de educação, saúde, lazer e de parques e áreas livres. Também há carência de serviços em geral, comércio inclusive.

Por outro lado, tem-se uma população pobre, que, mesmo sem planejamento e orientação, ocupa de forma irregular áreas, em geral públicas, e investem, paulatinamente, suas economias na construção de suas moradias e arruamentos. O resultado é caótico em relação aos espaços, conforto ambiental e salubridade. A solidariedade sobrevive ao lado da criminalidade. Há investimento que pode ser contabilizado e se verá que as áreas contêm suas cotas de melhoria realizadas pela própria população. Havendo regularização fundiária e infraestrutura, a população corre atrás e faz, com suas próprias economias, com suas próprias mãos a moradia.

Áreas livres nas comunidades: uma necessidade para inclusão

Pensar as comunidades é deixar seus habitantes pensarem os espaços além da habitação. Abrir espaços, áreas para criação de empreendimentos, com formas lícitas de fazer riqueza. Foram os moradores que colocaram suas economias, investiram nessas terras e as transformaram em lugar de morar. Quais seriam suas reivindicações agora? Todos sabemos as respostas: saneamento básico,

infraestrutura viária, drenagem, transporte, retirada e tratamento de resíduos sólidos, escolas, postos de saúde, etc.

Mas, é gritante outras necessidades, a demanda por um jeito de viver onde se possa desenvolver a vida com trabalho e dignidade, com geração de renda e criatividade, incluindo essas áreas ao estilo de vida da cidade, com todas as suas funções. O trabalho, o empreendedorismo, o lazer e a criação de seus próprios modos de vida. Permitir e estimular a criatividade latente e os talentos, tendo onde e como se mostrar, cultivar, trocar, comprar e vender.

Vemos uma carência de áreas públicas nas comunidades porque qualquer pedaço de terra é utilizado e hiper aproveitado para morar, construir habitação. Sem plano urbano, sem pensamento de “lugar”, as formas caóticas de aproveitamento de espaços se superpõem. E depois? Onde brincar? Onde estudar? Onde circular? Namorar? Ter uma vida normal? Muitos aspectos contribuem para a lógica das dificuldades. O aspecto urbanístico pode ser um facilitador da vida e colaborar com as trocas comunitárias.

O entorno das habitações, os locais de circulação e acesso, as áreas para os demais usos e funções urbanas, os serviços em geral. Há uma proporcionalidade entre habitação e demais usos, inclusive a de áreas livres, parques e jardins. Não são meras teorias. São proporcionalidades, percentuais de áreas que fazem a vida melhor ou pior, os espaços mais salubres, os imóveis mais ou menos valorizados. As distâncias a pé ou em transporte público da moradia até cada outra função influencia no acesso aos bens e serviços, na inclusão e nas soluções sociais.

Pensar esses demais usos mais próximos à habitação faz diferença na inclusão social. Para isso o pensamento do planejamento urbano tem que estar atento à circunscrever áreas destinadas para outras funções além do morar. Áreas públicas livres. Áreas livres para sustentar um modo de vida digno. Áreas para complementar essa valorização dos espaços e da rede social que tem pela frente o desafio de criar seus filhos saudáveis, dignos, educados e com condições de sobrevivência e trabalho honesto.

Propostas para áreas públicas em comunidades

VER ARTIGO ÍNDIO DA COSTA



BONDINHO REVISITADO, POR INDIO DA COSTA

Em Rio Panorâmico, [Luiz Eduardo Indio da Costa](#) propõe a construção de teleféricos que uniriam os topos dos morros em Copacabana, Botafogo e na Lagoa Rodrigo de Freitas, como Babilônia, Leme, São João, Saudade, Cabritos e Cantagalo. Seria, então, uma ampliação do complexo do Pão de Açúcar. Além de transporte coletivo, a intenção é que sirva também para criar um novo circuito turístico, mostrar a metrópole por outros ângulos e tomar posse de áreas menos utilizadas. “O Rio de Janeiro é uma cidade especial porque tem essa cadeia de montanhas. Mais do que apenas uma forma lúdica de se movimentar pela cidade, evitaria a favelização”, explica o arquiteto.

